

AGÊNCIA COMERCIAL PICO • 28721006

OBRAS PÚBLICAS

Os eternos atrasos

Projectado para 2013, o Terminal de Pac On continua sem data concreta para estar concluído, apesar das garantias de que o processo está “quase a chegar ao fim”.

► SOCIEDADE PÁGINA 7



CHEFE FALA HOJE

Chui Sai On anuncia composição de nova equipa governativa

► POLÍTICA PÁGINA 5



hojemacau

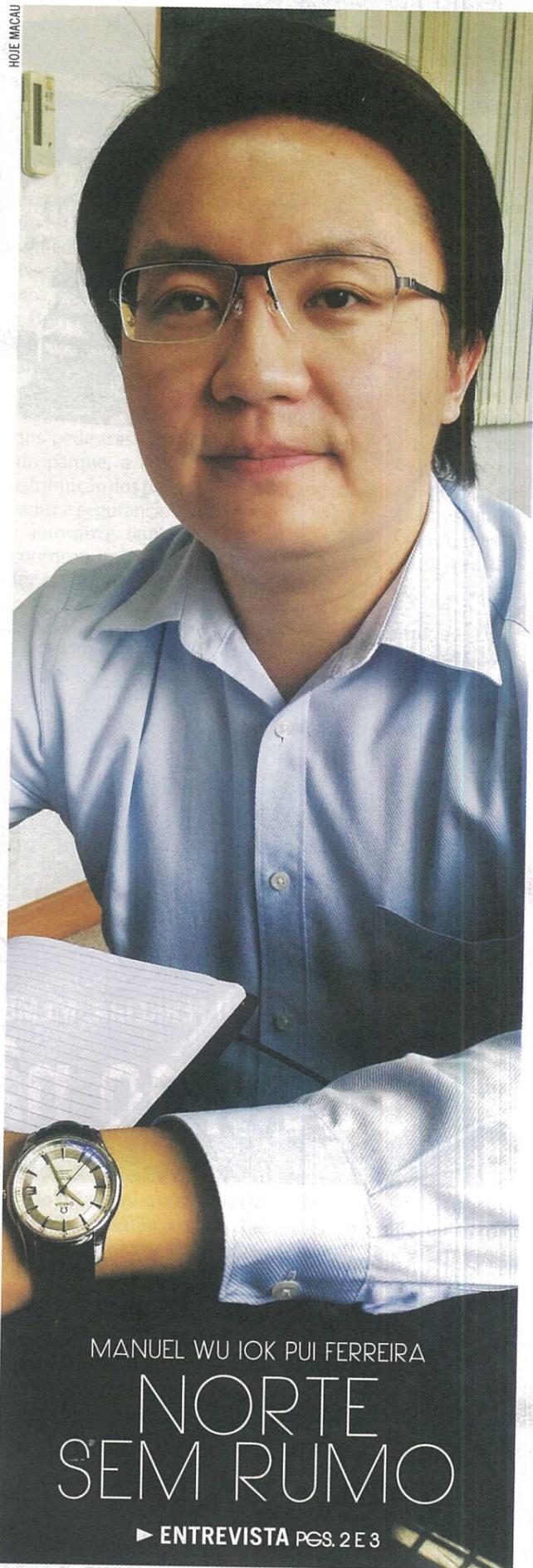


ANIMAIS ABATE DEVE PODER SER FEITO POR TODOS

Licença para matar

Segundo o Governo, o abate de animais que estejam em sofrimento ou em fim de vida deve ser um direito de qualquer cidadão. Os deputados que discutem na especialidade a Lei de Protecção dos Animais, apesar de algumas reservas, parecem estar de acordo com a sugestão do Executivo.

▲ PÁGINA 4



HOJE MACAU

MANUEL WU IOK PUI FERREIRA

NORTE SEM RUMO

► ENTREVISTA PGS. 2 E 3



澳門銀河娛樂國際馬拉松

07/12/2014 Galaxy Entertainment Maratona Internacional de Macau
Macau Galaxy Entertainment International Marathon

Organizador: Associação de Atletas de Macau e Desportos (AIMS)

Patrocinador: 澳門特別行政區政府 (Macau Special Administrative Region Government)

Patrocinador: 澳門田徑總會 (Macau Association of Athletics of Macau)

Patrocinador: 銀河娛樂集團 (Galaxy Entertainment Group)

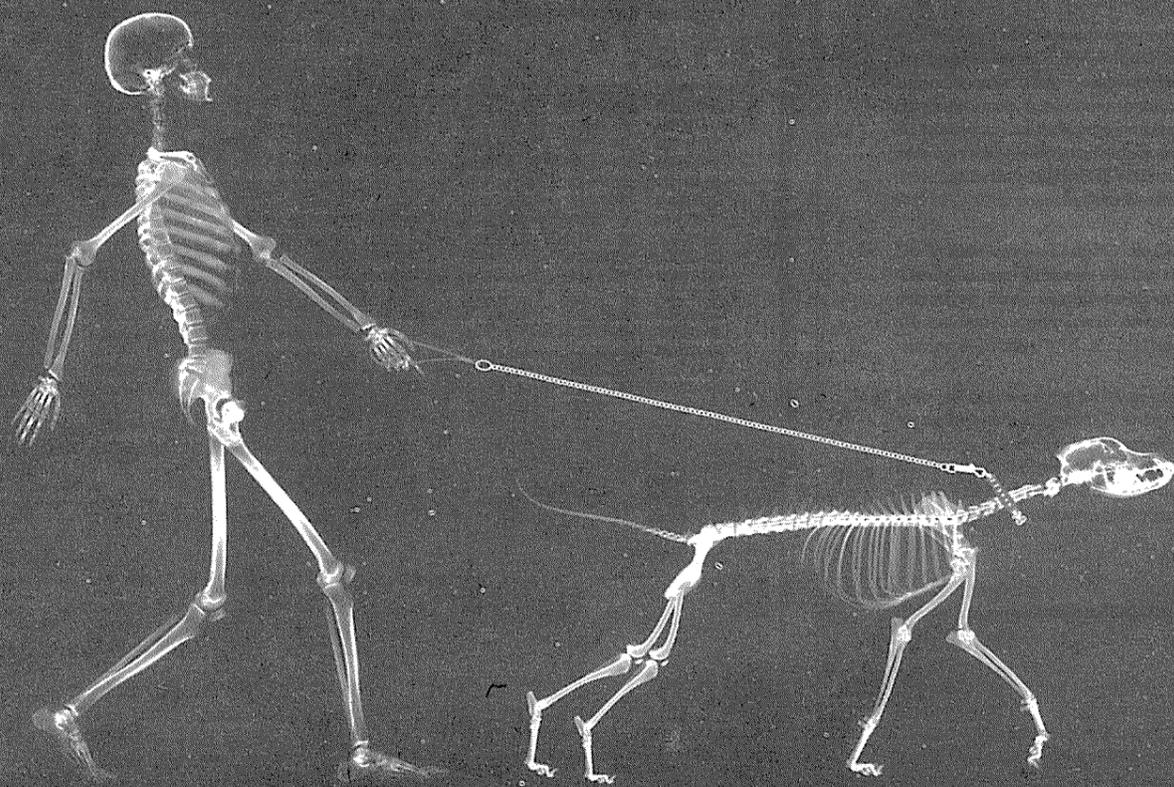
www.macaumarathon.com

www.sport.gov.mo



GOVERNO ABATE DE ANIMAIS DEVE PODER SER FEITO POR "TODOS"

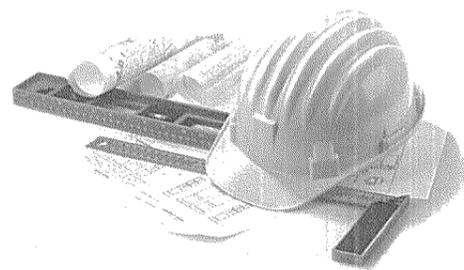
Acabar de vez com o sofrimento



Acreditação Diploma fica para nova equipa governativa

A legislação relativa à acreditação de profissionais nas áreas de arquitectura e engenharia só deve estar pronta depois da entrada da nova equipa governativa no poder. Isso mesmo disse a presidente da 1ª Comissão Permanente da Assembleia Legislativa (AL), Kwan Tsui Hang. Durante uma reunião entre deputados na passada sexta-feira, a presidente assegurou aos jornalistas que a decisão está agora “nas mãos do Governo”, uma vez que cabe às autoridades redigirem um novo texto para apreciação da Comissão. “Já fizemos mais de 27 reuniões desde há um ano e o Governo disse que vai tentar elaborar um novo texto de trabalho, mas já passaram dez dias e não temos novidades”, disse Kwan em representação da Comissão da AL.

A presidente do grupo de trabalho disse ter “dúvidas” quanto à redacção deste documento, pelo que não está confiante de que a legislação seja aprovada antes da entrada da nova equipa governativa no poder. “O Governo tem que apresentar o texto até final deste mês (...), caso contrário é impossível ter tudo pronto até final do ano”, concluiu a deputada. ◀



A discussão na especialidade da Lei de Protecção dos Animais trouxe para a mesa a questão do abate de animais que se encontrem em situação de sofrimento ou de fim de vida

LEONOR SÁ MACHADO
leonor.machado@hojemacau.com.mo

○ Governo defende que o abate de animais em sofrimento ou fim de vida deve ser um direito reservado a “todos” os cidadãos. E os deputados que discutem a Lei de Protecção dos Animais na especialidade estão inclinados para assinar por baixo.

Apesar de Kwan Tsui Hang, presidente da 1ª Comissão Permanente da Assembleia Legislativa, dizer que discorda da ideia de que qualquer pessoa possa abater um animal se este estiver em sofrimento, o Governo considera isso necessário, dando como um dos argumentos do facto de que os funcionários do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM) podem não estar sempre disponíveis. “O Governo

entende que o direito [de abater animais] deve estar reservado a qualquer pessoa”, referiu Kwan, ao explicar a perspectiva dos membros do Governo quanto a este diploma, em discussão na especialidade desde que foi aprovado pela AL, no passado mês de Outubro. “Acho que seria melhor que isto [abatimento do animal] fosse feito por um médico veterinário”, defendeu a presidente da Comissão.

O grupo de trabalho parece, no entanto, inclinado para apoiar a sugestão do Executivo de permitir que qualquer cidadão, com ou sem formação médica, abata um animal de acordo com o seu juízo de valor. Kwan ilustrou a questão de um cão: “se uma pessoa atropelar um cão a meio da noite e não houver nenhum funcionário do IACM disponível, como vai ser?

Vai ter que esperar muitas horas”, explicou a deputada.

Embora a Comissão pareça concordar, na sua maioria, com o Executivo, há ainda muitos pormenores deste artigo para discutir. É que se por um lado a alínea permite tirar o sofrimento aos animais mais rapidamente, por outro deixa margem para o aumento do número de abates, uma vez que deixa de ser obrigatório fazer um teste para saber se o animal realmente está em fase final de vida.

NÃO À LIBERTAÇÃO

Outro dos artigos em discussão na reunião da passada sexta-feira está relacionado com a proibição de maus tratos de animais, de venda de cães e gatos com idade inferior a três meses e de incitação à luta. No que diz respeito à questão da violência contra animais, vários deputados da comissão conside-

ram que a redacção do artigo é “demasiado simples”, tornando-se consequentemente pouco clara. “O que é infligir dor sobre um animal?”, questionou a deputada e presidente da Comissão. É que, de acordo com o Governo, esta prática é sancionável caso seja “mal intencionada e possa resultar na perda de membros, função dos órgãos ou morte”, disse Kwan. Este crime pode ir até um máximo de três anos de prisão.

De acordo com a presidente da Comissão, há ainda vários ar-

O Governo entende que o direito [de abater animais] deve estar reservado a qualquer pessoa

tigos da legislação que merecem atenção, como é o caso daqueles que dizem respeito à libertação de animais – prática local tradicional que acontece por ocasião de festividades religiosas –, o abandono de animais, ou a condução destes por crianças com menos de sete anos, agora incluindo pátios de condomínios e outros espaços colectivos, para além dos já referidos locais públicos como passeios ou jardins.

“A ideia do Governo é muito clara. Talvez as pessoas tenham dificuldade em aceitar isto, mas é proibido. O Governo insiste que não deve haver libertação do animal e já pedimos para que fizesse mais tarefas de sensibilização para os residentes”, referiu Kwan aos jornalistas.

Este tem sido um diploma bastante polémico desde a sua aprovação na generalidade no mês passado. Um dos assuntos mais debatidos é, por exemplo, a morte dos galgos do Canídro que, de acordo com Albano Martins, presidente da ANIMA são animais que são abatidos por não serem competitivos. ◀